

MOÇÃO

NÃO À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA COSTA VICENTINA E ALGARVE

Considerando que :

- 1) A Região do Algarve e Costa Vicentina, serão directamente afectados pela Sondagem de Pesquisa de hidrocarbonetos Santola 1X;
- 2) A imagem de excelência que se pretende dar do Turismo nesta Região não é compatível com a exploração de hidrocarbonetos;
- 3) A pesca é outra importante actividade económica que depende da qualidade e produtividade das águas costeiras, que seriam afectadas negativamente pela comprovada poluição "normal", difusa, de um furo de sondagem , que os ventos e marés concentrariam no litoral da Costa Vicentina ;
- 4) A probabilidade de derrame accidental de hidrocarbonetos não pode ser excluída em teoria consequências catastróficas para todos os sectores económicos e para a qualidade de vida das populações;
- 5) O IPMA classifica o risco sísmico da Região onde se pretende fazer a sondagem como "muito alto" , o que vem agravar os riscos , "naturalmente" associados às actividades de pesquisa e exploração de hidrocarbonetos ;
- 6) Todos os Presidentes de Câmara do Algarve, reunidos na AMAL, assim como os de Sines e Odemira, já manifestaram a sua frontal oposição à pesquisa , exploração e produção de hidrocarbonetos ;
- 7) As principais associações empresariais do Algarve e outras associações profissionais também contestam todo processo. Para além de todas as associações ambientalistas reunidas na Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), vários movimentos cívicos se têm manifestado contra a pesquisa e exploração de hidrocarbonetos em Portugal;
- 8) A última consulta pública contou com mais de 42.000 participações contra esta mesma sondagem o que torna ainda mais lamentável a posição da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de não exigir Estudo de Avaliação Ambiental;
- 9) Prosseguir para a exploração de hidrocarbonetos , petróleo e gás , é prosseguir para a possibilidade de um eventual acidente ambiental , com perdas materiais e imateriais irreversíveis para o sector público e privado, constituindo-se como uma gravíssima ameaça para um território cujos valores naturais são a principal razão da sua potencialidade turística e piscatória e por isso o suporte da sua economia;

Por tudo o que atrás foi exposto, a Assembleia Municipal de Loulé reunida em 27 de Junho de 2018 no Auditório do Centro Autárquico de Quarteira delibera recomendar ao Governo da República:

- 1) Cessação do contrato com o consórcio ENI/GALP, sondagem de hidrocarbonetos Santola 1X;

- 2) Aposta cada vez maior nas energias limpas e renováveis, seguindo as linhas orientadoras a nível nacional e da Europa que prevêm uma transição energética para uma economia sem emissões de CO2.

Loulé, 27 de Junho de 2018

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



<

Carlos José da Silva Martins